

08/abril/2021

À: Odebrecht TransPort S.A.

À atenção dos Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis nº 2149L-003-PB

Prezados Senhores,

Encaminhamos, pela presente, aos cuidados de V.s.as., o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Odebrecht TransPort S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

Odebrecht TransPort S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 e 2019	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Odebrecht TransPort S.A.
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Odebrecht TransPort S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Odebrecht Transport S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos líquidos recorrentes e geração de caixa negativa e, em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante individual e consolidado excedia o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 818.346 mil e R\$ 1.823.386 mil, respectivamente. Nesta data, a Companhia apresenta alto índice de alavancagem financeira, 95% do capital total (Nota Explicativa nº 4.2).

A Administração está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a posição patrimonial da Companhia, por meio da reestruturação da dívida corporativa e de suas investidas e de um programa de desmobilização que considera a venda integral ou parcial de determinados ativos, entre outras ações operacionais e financeiras. A eventual não confirmação dessas ações, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, indicam a existência de incerteza relevante que podem gerar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e das suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

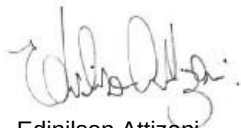
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2021



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP 293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo						Passivo					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.711	20.590	99.670	42.578	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	876.255	836.018	1.867.637	1.889.086
Aplicações financeiras	7	-	-	-	81.420	Fornecedores	-	2.816	2.478	113.107	91.877
Contas a receber	8	-	-	19.997	15.541	Obrigações sociais e trabalhistas	-	258	1.175	16.552	16.163
Demais contas a receber	9	36.639	-	64.257	-	Impostos, taxas e contribuições sociais	-	378	148	10.414	6.112
Tributos a recuperar	-	2.541	6.981	13.485	18.499	Arrendamento mercantil operacional	16	3.363	3.363	11.800	17.034
Despesas antecipadas	-	147	1.197	6.041	7.315	Outros passivos	9-	6.247	1.325	13.265	6.606
Outros ativos	-	4.933	3.587	5.939	4.342			889.317	844.507	2.032.775	2.026.878
		70.971	32.355	209.389	169.695						
Ativos não circulante mantidos para negociação						Passivos relacionados a ativos não circulante mantidos para negociação					
	11	-	-	129.885	122.524		11	-	-	48.219	45.698
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Realizável a longo prazo											
Aplicações financeiras	7	-	-	130.349	143.458	Fornecedores	-	-	-	2.788	1.225
Demais contas a receber	9	73.278	-	128.514	-	Arrendamento mercantil operacional	16	19.164	21.342	21.340	30.946
Partes relacionadas	10	58.013	199.450	-	242.684	Partes relacionadas	10	33.752	29.718	33.752	29.718
Depósitos judiciais	18	-	-	1.344	365	Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	18	-	-	5.661	5.960
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	28.473	30.953	Provisão para conserva especial	20	-	-	105.194	121.890
Outros ativos	-	-	-	11.199	11.155	Provisão para perdas no valor recuperável de investimentos	19	-	-	354.515	310.006
		131.291	199.450	299.879	428.615	Outros passivos	-	-	-	14.552	11.661
								52.916	51.060	537.802	511.406
Total do passivo						Total do passivo					
								942.233	895.567	2.618.796	2.583.982
Patrimônio líquido						Patrimônio líquido					
Investimentos	12	757.501	782.798	92.865	119.986	Capital social		1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
Imobilizado	13	24.324	28.446	82.020	90.621	Reserva de capital		621.483	621.483	621.483	621.483
Intangível	14	-	-	1.892.178	1.843.270	Ajuste de avaliação patrimonial		(44.075)	(43.893)	(44.075)	(43.893)
		913.116	1.010.694	2.366.942	2.482.492	Prejuízos acumulados	21	(2.146.267)	(2.040.821)	(2.146.267)	(2.040.821)
								41.854	147.482	41.854	147.482
Total do ativo						Total do passivo e patrimônio líquido					
		984.087	1.043.049	2.706.216	2.774.711	Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	35.711	33.769
						Participação dos acionistas não controladores em ativos mantidos para negociação	-	-	-	9.855	9.478

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Operações continuadas					
Receita líquida	22	-	-	525.623	500.669
Custos de construção	23	-	-	(103.684)	(90.622)
Custos dos serviços prestados	24	-	-	(159.943)	(176.194)
Lucro bruto		-	-	261.996	233.853
Despesas operacionais					
Resultado de participações societárias	12 (b)	(25.523)	(178.953)	-	-
Gerais e administrativas	24	(27.158)	(34.110)	(69.999)	(92.434)
Outras receitas e despesas, líquidas	24	869	(1.957)	(10.751)	(35.915)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, líquido		(51.812)	(215.020)	181.246	105.504
Resultado de participações societárias	-	-	-	(80.282)	(79.006)
Resultado financeiro, líquido	25	(40.827)	(64.617)	(190.087)	(361.064)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(92.639)	(279.637)	(89.123)	(334.566)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	17	-	-	(7.839)	2.367
Prejuízo das operações continuadas		(92.639)	(279.637)	(96.962)	(332.199)
Operações descontinuadas					
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação	11	(12.807)	(41.648)	(7.481)	(21.290)
Prejuízo líquido do exercício		(105.446)	(321.285)	(104.443)	(353.489)
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		-	-	(105.446)	(321.285)
Participação dos não controladores		-	-	1.483	(31.327)
Participação dos não controladores nos ativos mantidos para negociação		-	-	(480)	(877)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(104.443)	(353.489)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$)					
	26	(0,49)	(1,50)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo líquido do exercício	(105.446)	(321.285)	(104.443)	(353.489)
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de conversão de investidas no exterior	-	-	-	(1)
Total do resultado abrangente do exercício	(105.446)	(321.285)	(104.443)	(353.490)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	(105.446)	(321.285)	(105.446)	(321.285)
Participação dos não controladores	-	-	1.003	(32.205)
	(105.446)	(321.285)	(104.443)	(353.490)
	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
Operações continuadas	(92.639)	(279.637)	(91.156)	(310.965)
Nos ativos mantidos para negociação	(12.807)	(41.648)	(13.287)	(42.525)
Resultado abrangente do exercício	(105.446)	(321.285)	(104.443)	(353.490)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Notas	Atribuível aos acionistas da controladora					Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2019		1.610.713	621.483	(42.669)	(1.719.529)	469.998	635.970	1.105.968
Prejuízo líquido do exercício das operações continuadas	-	-	-	-	(279.637)	(279.637)	(31.327)	(310.964)
Prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação	-	-	-	-	(41.648)	(41.648)	(877)	(42.525)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(7)	(7)	-	(7)
Ajuste de conversão de investidas no exterior	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	(321.292)	(321.292)	(32.205)	(353.497)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	-	-	-	(1.224)	-	(1.224)	(597)	(1.821)
Participação de acionistas não controladores em investimentos alienados	-	-	-	-	-	-	(559.921)	(559.921)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.610.713	621.483	(43.893)	(2.040.821)	147.482	43.247	190.729
Prejuízo líquido do exercício das operações continuadas	-	-	-	-	(92.639)	(92.639)	1.483	(91.156)
Prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação	-	-	-	-	(12.807)	(12.807)	(480)	(13.287)
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	(105.446)	(105.446)	1.003	(104.443)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	21 (b)	-	-	(182)	-	(182)	182	-
Aporte de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	1.150	1.150
Outras transações com não controladores	-	-	-	-	-	-	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.610.713	621.483	(44.075)	(2.146.267)	41.854	45.566	87.420

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	(92.639)	(279.637)	(89.123)	(334.566)
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social dos ativos mantidos para negociação e operações descontinuadas	(12.807)	(41.648)	(6.660)	(21.504)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício das operações continuadas				
Resultado de participações societárias	25.523	178.953	80.282	79.006
Depreciação e amortização	4.122	3.243	56.936	52.223
Ajuste a valor presente	1.218	1.089	1.603	7.067
Juros e variações monetárias, líquidos	33.492	60.902	179.564	342.779
Resultado com alteração de participação societária	-	-	7.158	18.680
Provisão para conserva	-	-	(15.881)	14.894
Impairment de outros ativos	-	-	3.952	2.940
Outros	4.205	3.176	597	20.271
Prejuízo ajustado das operações	(24.079)	(32.274)	225.088	203.294
Ajustes para reconciliação do prejuízo dos ativos mantidos para negociação e operações descontinuadas	5.541	190.759	6.812	239.885
Lucro ajustado dos ativos mantidos para negociação	(7.266)	149.111	152	218.381
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(4.456)	-
Demais contas a receber	37.525	-	64.948	15.806
Tributos a recuperar	4.440	16.122	5.014	7.731
Outros ativos	(296)	(754)	(1.346)	585
Fornecedores	338	(290)	19.790	(6.546)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(687)	(22.407)	(5.132)	(24.655)
Outros passivos	4.922	5	5.066	(1.303)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	46.242	(7.324)	83.884	(8.382)
Pagamento de juros e encargos financeiros	-	(27.172)	(45.742)	(89.185)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.020)	(4.626)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	22.163	(66.770)	259.210	101.101
Variações nos ativos e passivos dos ativos mantidos para negociação	7.266	-	6.276	(382)
Juros pagos pelos ativos mantidos para negociação	-	-	-	(3.653)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais dos ativos mantidos para negociação e operações descontinuadas	-	149.111	5.469	214.346
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao investimento	(4.474)	(9.510)	(7.755)	(1.719)
Redução de capital social em investidas	240	48.637	-	-
Alienação de investimentos	-	-	-	20.346
Adições ao imobilizado	-	-	(404)	(108)
Adições ao intangível	-	-	(104.469)	(92.972)
Aplicações financeiras	-	19.151	96.584	(32.170)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(22.331)
Recebimento de dividendos	-	2.784	-	189
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(4.234)	61.062	(16.044)	(128.765)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos dos ativos mantidos para negociação e operações descontinuadas	-	-	(663)	(190)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dívidas de curto e longo prazos, líquida	-	-	-	-
Amortização de principal	-	-	(157.768)	(36.363)
Pagamento de custos de transação	-	-	(10.249)	(43.510)
Arrendamento mercantil	(2.520)	(2.382)	(13.058)	(12.146)
Partes relacionadas	-	-	-	-
Recursos liberados	(2.022)	(148.016)	(1.047)	(146.986)
Recursos recebidos	-	4.247	-	2.332
Pagamento de garantias para investidas	-	-	(3.952)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.730)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	1.114
Aumento de capital social	-	-	-	160
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(4.542)	(146.151)	(186.074)	(237.129)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos dos ativos mantidos para negociação e operações descontinuadas	-	-	545	(5.699)
Efeito de caixa dos ativos mantidos para negociação e operações descontinuadas	-	-	(5.351)	(4.049)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.121	(2.748)	57.092	(60.385)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.590	23.338	42.578	102.963
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.711	20.590	99.670	42.578
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.121	(2.748)	57.092	(60.385)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Odebrecht TransPort S.A. (“Companhia” ou “OTP” e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, “Grupo”), com sede em São Paulo, foi constituída em 07 de julho de 2010 tendo por objeto social:

- (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros;
- (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas, arrendamentos ou empreendimentos privados, atuando nos estudos de viabilidade, na implantação, na operação e manutenção, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e
- (iii) Participar de consórcios ou de sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”), nova denominação social da Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial.

Em 17 de junho de 2019, a Novonor e outras 19 empresas de seu grupo econômico, não incluindo a OTP, formalizaram junto à Justiça o seu pedido de recuperação judicial, tendo em 22 de abril de 2020, sido aprovados, em Assembleia Geral de Credores, os planos de recuperação judicial da Novonor e de 11 das 19 empresas. Em 03 de agosto de 2020, a aprovação dos planos foi homologada pelo juiz responsável pelo processo de recuperação judicial.

(a) Contratos de Concessão

Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”)

A CRO foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objeto explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos, conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”).

A CRO possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. Dos processos transitados em julgado, desfavoráveis para a CRO no âmbito administrativo, houve o pagamento de R\$ 1.919 em setembro de 2020 e parcelamento, junto à ANTT, de R\$ 2.384 em 60 (sessenta) parcelas, com pagamentos mensais a partir de outubro de 2020. Os demais processos ainda estão sendo discutidos administrativamente, cujas exigibilidades encontram-se atualmente suspensas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da CRO entende que as penalidades, caso impostas, ou se forem confirmadas no âmbito administrativo, podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive, câmaras de arbitragem, segundo os assessores legais da CRO. Desta forma, considerando as incertezas envolvidas, não há como determinar se a CRO será significativamente afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de infração e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias e, conseqüentemente, se suas demonstrações financeiras serão impactadas.

Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu decisão liminar, nos autos da Ação Cautelar proposta pela CRO, proibindo a ANTT de: aplicar penalidades contratuais, impor descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda, executar a garantia em desfavor da Concessionária, bem como obrigando a Agência a manter as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação do processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional proferiu a Ordem Processual n.º 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente para manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO.

Atualmente, o processo arbitral encontra-se na Ordem Processual nº 23, fase de produção de provas, sendo as provas deferidas até o momento: Perícias (i) econômico e financeira; (ii) ambiental; (iii) avaliação de imóveis; e (iv) engenharia de rodovias.

Em 09 de dezembro de 2020, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão com base no poder geral de cautela, em ação cautelar proposta pela Companhia, suspendendo a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro 2020.

Em razão do descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão e dos autos de infração já lavrados pela ANTT, a CRO está em tratativas com a ANTT para a regularização destas obrigações contratuais, o que será implementado mediante a apresentação da proposta de um Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC"), que considera, entre outros, a troca do controle acionário da Concessionária, além do novo cronograma de investimentos a ser implementado.

Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN")

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretária de Infraestrutura do Estado da Bahia ("SEINFRA"), tendo como objeto, via Contrato de Concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário dos trechos: BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, com a cobrança de pedágios, a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com a finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA526 e o km 8,5 da BA099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total de concessão da CBN passou a ser de 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos e provas a serem apresentados pelas Partes no decorrer de toda a fase instrutória. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral.

Conforme descrito na Nota 1(c), a participação societária da CBN detida pelo Grupo encontra-se em fase final de alienação.

Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”)

Contrato firmado em 18 de julho de 2011 com o Governo do Estado de Pernambuco, por intermédio do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE”, tendo como objeto a exploração do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – “Express Way”, precedida de execução de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, contados a partir de novembro de 2011.

Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela CCBC de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela CNO e pela OAS, via o Consórcio Express Way, com a finalidade de dirimir alguns conflitos originados do contrato de execução de obras civis do Express Way, firmado pelas partes em 29 de julho de 2011. Foi proferida, em 30 de novembro de 2020, sentença arbitral, após apresentação das Alegações Finais, no qual o Tribunal Arbitral julgou procedente os principais pedidos do Consórcio Express Way. Em 16 de dezembro de 2020, a CRA apresentou pedidos de esclarecimentos, apontando vícios na apreciação da matéria pelo Tribunal Arbitral, sendo que, em 12 de fevereiro de 2021, o Tribunal Arbitral confirmou sua sentença proferida no final de 2020. O valor das eventuais indenizações da CRA ainda é inestimável nesse momento, uma vez que depende da apuração em sede de liquidação, em etapa seguinte da arbitragem.

Conforme descrito na Nota 1(c), a participação societária da CRA detida pelo Grupo encontra-se em fase final de alienação.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“CRC”)

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público - Privada (“CGPE”) e a CRC, tendo como objeto a exploração, precedida de obras, do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, mediante a prestação de serviço pelo prazo de 33 anos, podendo ser prorrogado para 35 anos.

Conforme descrito na Nota 1(c), a participação societária da CRC detida pelo Grupo encontra-se em fase final de alienação.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concessionária Rota do Horizonte S.A. (“CRH”)

A CRH foi constituída com o objeto de exploração, via parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, do Contorno Metropolitano Norte da região metropolitana de Belo Horizonte (MG), mediante realização de obras de implantação e de ampliação, prestação de serviços e atividades correlatas, além da exploração de fontes de receitas acessórias. Entretanto, o contrato de concessão não foi assinado, não estando, portanto, em eficácia, motivo pelo qual a Administração, em conjunto com os demais acionistas, aprovou a recomendação pela extinção da CRH, a ser deliberada em Assembleia Geral de Acionistas, prevista para acontecer no primeiro semestre de 2021.

Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“VLT GO”)

Contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, firmado em 21 de fevereiro de 2014 com o Estado de Goiás, para prestação de serviços, incluindo implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos, contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no contrato, o que ainda não ocorreu, motivo pelo qual a Administração está avaliando a possível rescisão contratual ou possível alienação das participações societárias.

Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT-RJ”)

Contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, firmado em 07 de maio de 2013 com o Município do Rio de Janeiro, para prestação de serviços, incluindo a realização de obras e fornecimento da rede prioritária, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos (“VLT”) na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos. A concessão está sendo explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e faz jus ao recebimento de aportes e contraprestações pecuniárias a serem pagos pelo Poder Concedente.

Em 03 de julho de 2019, foi ajuizada, perante a Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ação de rescisão do Contrato de Concessão do VLT, tendo como fundamento as diversas inadimplências contratuais do Poder Concedente, inclusive inadimplementos pecuniários superiores a 90 dias.

O contrato de financiamentos celebrado pela VLT-RJ com o BNDES, prevê a recomposição da conta suporte pelas acionistas quando o saldo for insuficiente. Nos casos em que a recomposição não seja efetuada por algum acionista, os demais acionistas são chamados a cobrir a insuficiência e, ao fazê-lo, adquirem automaticamente as ações do acionista que inadimpliu com sua parcela, em quantidade equivalente ao dobro do valor por eles aportados. Nessa sistemática, o acionista que não dispuser de recursos suficientes para cobrir sua conta suporte fica sujeito à alienação compulsória das ações de sua titularidade para o acionista que promoveu a recomposição da conta suporte com base no referido critério.

Nesse racional, como a Administração da VLT-RJ deixou de amortizar as parcelas do Contrato de Financiamento, o VLT, seguindo orientações do seu Acionista Controlador, passou a se valer do mecanismo das contas suportes, tornando a recomposição necessária. Com isso, a participação societária detida pela Odebrecht Mobilidade S.A. (“OM”) vem sendo diluída, na medida em que a recomposição da conta suporte a ela vinculada vem sendo efetuada pela acionista CIIS - Companhia de Investimento em Infraestrutura e Serviços (“CIIS”).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como consequência, em 22 de novembro de 2019, foi instaurado procedimento arbitral pela Companhia e sua controlada OM, acionista direta da VLT-RJ, em face da CIIS e da VLT-RJ. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 09 de outubro de 2020, a OTP e a OM (“Requerentes”) apresentaram suas alegações iniciais, requerendo, dentre outros pleitos, os seguintes provimentos: (i) Declaração de nulidade do Ato Societário de Ratificação do Memorando de Entendimentos (“MOU”) celebrado com o Município do Rio de Janeiro em 09 de outubro de 2019, e/ou torne sem efeito o MOU, determinando que as Requeridas adotem as medidas necessárias ao prosseguimento da ação de rescisão do Contrato de Concessão, inclusive com a tomada de medidas para o cumprimento da decisão judicial liminar, notadamente no que concerne à implementação e operacionalização da Garantia Pública, sob pena de multa; (ii) Condenação das Requeridas em todos os prejuízos, perdas e danos sofridos pelas Requerentes em decorrência da celebração do MOU; (iii) Declaração da extinção, em relação às Requerentes, do Acordo de Acionistas da VLT-RJ, desonerando-as de toda e qualquer obrigação nele prevista ou, subsidiariamente, que se reconheça o direito de voto da OM, enquanto detentora de participação acionária na VLT-RJ, sendo defeso às Requeridas adotarem qualquer medida que atente contra os seus direitos políticos, e declare a nulidade das deliberações em que a OM foi impedida de votar; (iv) Determinação para que a CIIS assuma e substitua a OM nas obrigações de garantia, impostas às Requerentes, no âmbito do Projeto VLT ou, subsidiariamente, determine que a CIIS preste contra garantia bancária em favor das Requerentes, em valor e período suficientes para contra garantir toda e qualquer obrigação e garantia que as Requerentes tenham se obrigado e prestado no âmbito do Projeto VLT, e (v) Condenação das Requeridas a indenizar as Requerentes por todos os prejuízos, perdas e danos a serem apurados nesse procedimento arbitral, ou em sede de liquidação de sentença.

Em 26 de novembro de 2020, a CIIS apresentou sua Resposta às Alegações Iniciais postulando o reconhecimento da improcedência do pleito formulado pelas Requerentes bem como formulou pedidos contrapostos, entre os quais o reconhecimento de que o MOU foi validamente celebrado pela administração da VLT-RJ e ratificado pelos seus acionistas e a declaração de validade da interpretação de normas do Acordo de Acionistas. Na mesma data, a VLT-RJ apresentou sua Resposta às Alegações Iniciais salientando que as Requerentes agem em manifesto abuso de minoria, de forma contraditória e em contrariedade ao interesse social atinente à continuidade do serviço público, requerendo que sejam os pedidos das Requerentes julgados improcedentes e também formulou Pedidos Contrapostos com destaque para o de condenação das Requerentes ao pagamento de multa especificamente prevista no Acordo de Acionistas decorrente do não acompanhamento de todos os aportes de capital.

Concessionária Move São Paulo S.A. (“Move SP”)

A Move SP firmou contrato de concessão patrocinada em 18 de dezembro de 2013 com o Governo do Estado de São Paulo (“Governo de SP”) para a prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo, incluindo a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão.

Problemas de liberações de áreas públicas e atrasos nos processos de desapropriações, bem como dificuldades causadas pelo atraso na aprovação da revisão do cronograma de implantação, por parte do Poder Concedente, geraram obstáculos à Move SP na captação de recursos do financiamento de longo prazo. Como consequência, as obras foram suspensas em setembro de 2016.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após tentativas de solucionar tais problemas e não evolução do reequilíbrio contratual, em janeiro de 2018, a Move SP notificou o Poder Concedente sobre o procedimento arbitral, tendo por objeto: (a) o reconhecimento do inadimplemento contratual do Poder Concedente como fator impeditivo para o prosseguimento da concessão e suas consequências financeiras para a concessionária, inclusive para fins indenizatórios e de elisão de qualquer pretensão punitiva; e (b) a apuração das indenizações devidas à concessionária em decorrência da extinção contratual.

Ainda em 2018, a Move SP iniciou os procedimentos para rescisão do Contrato de Concessão e, em seguida, o Governo de SP instaurou um processo administrativo para apuração e decretação da caducidade do Contrato de Concessão, que culminou na decretação da caducidade, cujos efeitos seriam produzidos a partir de 13 de agosto de 2019, prazo este que foi prorrogado sucessivas vezes através de Decretos Estaduais publicados pelo Governo de SP.

Por outro lado, a Move SP iniciou as negociações para a cessão do contrato de concessão, tendo celebrado, no dia 4 de fevereiro de 2020, com a interveniência dos seus acionistas, um contrato com a Acciona Construcción, S.A. ("Acciona"), prevendo a cessão definitiva do contrato de concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo e a transferência dos bens reversíveis da concessão. Essa operação foi concluída em 02 de outubro de 2020, após o cumprimento das condições precedentes, conforme mencionado na Nota 1(c).

Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia")

A Agrovia foi constituída em 02 de julho de 2013, tendo como objetivo a execução do contrato de arrendamento da área localizada na Zona Industrial Portuária – ZIP de Suape, no Município de Ipojuca-PE, destinada à implantação do Terminal Açucareiro para movimentação e armazenagem de açúcar a granel e em sacos, nas atividades de exportação, importação e cabotagem.

Conforme descrito na Nota 1(e), a Companhia iniciou os trâmites para a rescisão do contrato de arrendamento, tendo protocolado o pedido de rescisão na Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), aguardando atualmente as análises e o posicionamento do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros ("SUAPE"). O pedido de rescisão considera, além da devolução da área, um pedido de indenização dos investimentos realizados na construção e implantação do Terminal, cujos recursos farão frente aos passivos da Companhia. Nesse contexto, em 14 de agosto de 2020, foi publicada a "Medida Cautelar" administrativa para entrega da área arrendada à Autoridade Portuária, sendo a entrega formalmente efetuada em 21 de agosto de 2020.

(b) Capital Circulante Líquido ("CCL")

A Companhia e o Grupo encerraram o exercício de 31 de dezembro de 2020 com o passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 818.346 (2019 – R\$ 812.152) e R\$ 1.823.386 (2019 – R\$ 1.857.183), respectivamente. O excesso decorre do vencimento dos empréstimos e financiamentos da Companhia e da CRO.

A CRO previa, em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e posterior liquidação dos empréstimos de curto prazo. Porém, a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicações diretas no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo e os termos de garantias dos acionistas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desse modo, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições previstas inicialmente, em fevereiro de 2020, os Bancos fiadores realizaram o pagamento das obrigações do contrato de financiamento perante o BNDES. Em decorrência, no dia 25 de março de 2020, tais Bancos celebraram com a CRO um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças ("Instrumento de Inação"), passando a ser credores do empréstimo previamente contratado com o BNDES, conforme descrito na Nota 15(ii).

A Administração da CRO permanece executando ações para assegurar a hígidez financeira da Companhia e consolidar a sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a atender aos seus credores. Dessa forma, a CRO vem simplificando suas estruturas, tendo como meta a redução de seus riscos operacionais e financeiros. Dentre as principais ações, estão a reestruturação financeira das dívidas e a busca por potenciais investidores na Companhia.

(c) Transações e Eventos Societários Relevantes que impactaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia

Em 7 de fevereiro de 2020, a Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBR") firmou Contratos de Compra e Venda de Ações para a alienação de sua participação em cada uma das investidas CBN, CRA e CRC, cuja conclusão está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes. A expectativa da Administração é que tais condições sejam cumpridas integralmente ao longo do primeiro semestre de 2021.

Em 02 de outubro de 2020, foi concluída a operação de cessão do Contrato de Concessão, celebrado entre a Move SP e o Governo de SP, para a Concessionária Linha Universidade S.A. ("Linha Universidade"), subsidiária da Acciona, incluindo todos os direitos, prerrogativas e obrigações, presentes ou futuros, da Move SP nele estabelecidos, vinculados ou decorrentes do Contrato de Concessão. Esse movimento possibilitará a entrega futura da Linha 6, contribuindo com a mobilidade urbana da Cidade de São Paulo.

(d) Principais Medidas e Impactos Decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), de que o surto da COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do COVID-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia.

O Grupo vem acompanhando, juntamente com as suas investidas, os impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus e adotando as medidas necessárias com foco na saúde das pessoas e na continuidade das suas operações.

(i) Saúde

Nesse contexto, em aderência às recomendações de segurança e controle, a Companhia e suas controladas adotaram medidas com o objetivo de proteger a saúde dos seus integrantes e de seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais medidas consistiram no afastamento dos profissionais classificados como grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e praças de pedágio; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção do regime de teletrabalho (“*home office*”) para todos os profissionais com possibilidade para realizar suas atividades nessa modalidade de trabalho; adoção de turnos de trabalho e fornecimento de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em *home office*; suspensão de viagens não essenciais; suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência.

A OTP, via a CRO, ciente do seu papel social, aprimorou o programa “Parada Legal”, cujo objetivo foi levar serviços gratuitos de saúde, segurança e bem-estar aos usuários da rodovia, com a aquisição de dois mil kits de alimentação, mil e setecentos vouchers de alimentação, dois mil e quinhentos testes rápidos, três mil e oitocentos litros de álcool gel, seis mil setecentas máscaras descartáveis, mais de um milhão de luvas, além da disponibilização de pontos de apoio aos caminhoneiros para aferição de temperatura corporal e higienização das mãos.

(ii) Fluxo de Caixa

Com a finalidade de manter os compromissos financeiros e manutenção dos empregos, os fluxos de caixa da Controladora e de suas empresas Controladas veem sendo reprogramados, por meio: (i) da postergação de investimentos não essenciais; (ii) da postergação do recolhimento de tributos, através da adesão à Medida Provisória 927/2020; (iii) da negociação com fornecedores para postergação de pagamentos; (iv) da negociação com Instituições Financeiras, com a finalidade de postergar os pagamentos de determinadas obrigações financeiras; (iv) de outras ações operacionais.

(iii) Operações

No que tange às operações, em virtude das restrições do funcionamento de estabelecimentos considerados não essenciais e às recomendações de isolamento social, observou-se uma queda em geral no volume de tráfego das rodovias em 2020 (em comparação a 2019).

A CRC, por exemplo, constatou uma queda de 7,5% no volume de tráfego da rodovia em comparação a 2019, refletindo em uma redução na arrecadação. Os custos correntes para a operação e manutenção e conservação da rodovia permanecem mantidos para o bom desempenho operacional na prestação dos serviços, vista como essencial à sociedade.

Por outro lado, a CRO não foi impactada de forma significativa, pois, apesar de ter uma queda no tráfego de veículos leves, apresentou um aumento no tráfego de veículos pesados (em torno de 3,5%, quando comparado a 2019). Esse incremento decorreu do crescimento das atividades do agronegócio, da retomada na prestação de serviços essenciais e a melhora do escoamento de grãos para o mercado internacional.

A Administração da Companhia e de suas empresas Controladas tem envidado os maiores esforços para a preservação de emprego e manutenção da renda, permanecendo em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia e de suas empresas Controladas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas

Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação

A Companhia permanece comprometida com o plano de alienação de determinados ativos, aprovado pelos Acionistas da Companhia em dezembro de 2017 (“Plano”). Neste contexto, em 31 de dezembro de 2020, as ações tomadas para alienação das participações detidas nas empresas CRA, CBN e CRC estavam em curso, em linha com o estabelecido previamente no Plano. Isso posto, tais investimentos estão sendo apresentados em linha específica no balanço patrimonial e na rubrica de Operações Descontinuadas, no resultado do exercício. O registro está contabilizado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda, sendo os efeitos apresentados na Nota 11.

Operações Descontinuadas

Tendo em vista a crise no mercado de açúcar da região Nordeste, com a consequente redução na movimentação de cargas, a Administração da Agrovía iniciou a busca por alternativas para a diversificação das cargas a serem movimentadas, com a finalidade de maximização da utilização do Terminal de Açúcar. Todavia, com o agravamento dos desequilíbrios contratuais e a crise na demanda, ainda que ocorresse a diversificação das cargas, não foi possível vislumbrar a viabilidade do Terminal, tendo em vista as substanciais alterações que seriam necessárias no objeto do Contrato de Arrendamento original. Desta forma, a Administração decidiu paralisar as operações do referido Terminal de Açúcar.

Assim, em 3 de julho de 2019, foi aprovado o início do processo de rescisão do contrato de arrendamento celebrado com SUAPE, sendo o pedido de rescisão amigável protocolado em 27 de agosto de 2019 na SNPTA. Tal pedido considera a indenização dos investimentos realizados na implantação do Terminal, cujos recursos farão frente aos passivos da Agrovía.

Em 14 de agosto de 2020, foi publicada a “Medida Cautelar” administrativa para entrega da área arrendada à Autoridade Portuária. Nesse contexto, em 21 de agosto de 2020, foi formalizada a entrega da área para SUAPE, mediante a assinatura do Termo de Recebimento e de Relatório Técnico-Fotográfico, atestando a atual situação das instalações do Terminal. Com esta medida, todas as obrigações contratuais do contrato de arrendamento foram suspensas.

A rescisão contratual ocorrerá após a verificação do eventual descumprimento das obrigações contratuais pela Agrovía e seus efeitos, bem como a definição de eventual montante a ser indenizado, considerando os investimentos previamente autorizados, ainda não amortizados e que estavam concluídos e operacionais na data da entrega da área. O prazo estimado para a conclusão deste processo é de 12 (doze) meses, podendo ser postergado. A Administração da Companhia não espera que sejam apuradas perdas patrimoniais e financeiras significativas neste processo de rescisão e que, consequentemente, possam afetar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tendo em vista a paralização das atividades, os resultados da Agrovía estão sendo tratados como Operação Descontinuada e apresentados nas demonstrações de resultado do exercício e de fluxo de caixa de forma consolidada, juntamente com os resultados dos “Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação”.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020, os principais ativos e passivos da Agrovía eram:

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	54	Fornecedores e contas a pagar	2.023
Tributos a recuperar	2.171	Debêntures	50.308
Outros ativos	10	Obrigações sociais e trabalhistas	123
	<u>2.235</u>	Impostos, taxas e contribuições sociais	<u>137</u>
			52.590
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imobilizado	55.369	Partes relacionadas	1.603
Intangível	13	Impostos, taxas e contribuições sociais	<u>1.862</u>
	<u>55.382</u>		3.465
		Patrimônio líquido	
		Capital social	61.953
		Prejuízos acumulados	<u>(60.391)</u>
			1.562
Total do ativo	<u>57.617</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>57.617</u>

(f) Acordos com autoridades, Governança e Compliance

Em dezembro de 2016, a Novonor firmou um acordo de leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício de suas empresas, com exceção da Braskem S.A., que firmou acordo próprio. Dessa forma, em 2017, como parte do Acordo, iniciou-se um processo de monitoramento externo, para verificação da eficácia dos programas de conformidade e ambiente de controle, tendo sua conclusão e certificação ocorrida em novembro de 2020.

Em julho de 2018, a Novonor também celebrou um acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União ("CGU") e com a Advocacia-Geral da União ("AGU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro.

A Companhia, juntamente com as suas empresas Controladas, possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e implementado pela Companhia, desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos.

Na medida em que a Companhia, suas empresas Controladas e nenhum administrador sofreu condenação, bem como que não tem conhecimento de processos em curso envolvendo os mesmos, não há como determinar se serão afetadas pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. A Administração, neste momento, entende que tais efeitos, caso existam, não deverão afetar significativamente a Companhia e suas empresas Controladas e, consequentemente, as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 08 de abril de 2021.

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

Conforme descrito na Nota 1(b), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que possua recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

2.2. Demonstrações Financeiras Individuais

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Nas demonstrações financeiras individuais, as empresas Controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.3. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as seguintes entidades em 31 de dezembro de 2020:

	Participação no capital social (%)		
	País	2020	2019
<u>Companhias consolidadas diretamente</u>			
Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH")	Brasil	60,00	60,00
Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBR")	Brasil	100,00	100,00
Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia")	Brasil	95,38	94,97
Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM")	Brasil	60,00	60,00
OTP SPV Participações S.A. ("OTP SPV")	Brasil	100,00	100,00
<u>Companhias consolidadas indiretamente</u>			
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO")	Brasil	54,00	54,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") (i)	Brasil	74,13	74,13
Concessionário Rota do Oeste S.A. ("CRO")	Brasil	100,00	100,00
OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha 6")	Brasil	42,00	42,00
<u>Entidade de propósito específico ("EPE")</u>			
Fundo Caixa Atlântico ("Fundo Atlântico") (ii)	Brasil	-	99,29

(i) A participação na CRC está mantida para negociação e os seus valores estão apresentados em "Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação" e "Passivo Relacionados aos Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação", cujos efeitos estão apresentados na Nota 11.

(ii) Os valores aplicados no Fundo Caixa Atlântico foram integralmente resgatados em 2020.

2.4. Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("Moeda Funcional"). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

2.5. Ativo Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia são construídos em decorrência do contrato de concessão e registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos com a implementação de infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a certos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6. Benefícios a Empregados

a) Participação nos Lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia, após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

b) Obrigações de Aposentadoria

O Grupo mantém um convênio de adesão com a Vexty Previdência S.A. ("Vexty") (antiga Odebrecht Previdência S.A.), entidade fechada de previdência privada, instituída pela Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade, por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a Empregados.

2.7. Reconhecimento de Receita

a) Receitas de Serviços

As receitas provenientes de pedágios e as receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e correspondem ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de Construção

A receita de construção foi estimada considerando-se os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas. O Grupo adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com os riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A Administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração, sendo aplicada uma margem de construção que varia de 0% a 1,0% nas empresas do Grupo.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8. Novas Normas e Pronunciamentos Contábeis Ainda Não Adotados

Uma série de novas normas contábeis serão adotadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, a saber:

- **Reforma da Taxa de Juros de Referência:** Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2021.
- **Contratos Onerosos:** Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Referência à Estrutura Conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante:** (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023.
- **IFRS 17 Contratos de Seguros:** A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas estimativas críticas.

a) Provisão para Perda no Valor Recuperável de Ativos (“*Impairment*”)

O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado se houver uma evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele(s) evento(s) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Anualmente, o Grupo testa eventual *impairment* de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis dos ativos não financeiros foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado.

Os efeitos de *impairment* dos investimentos detidos pela Companhia e suas empresas Controladas encontram-se apresentados nas Notas 11, 12(d) e 19.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre imposto de renda e contribuição social diferidas estão apresentadas na Nota 17.

c) Reconhecimento de Margem da Receita de Construção

Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é próximo de zero, as empresas Controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

d) Determinação da Amortização dos Ativos Intangíveis

A amortização do ativo intangível reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear.

O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais empresas do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

e) Provisões Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias

A Companhia e suas empresas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

a) Considerações Gerais

As atividades da Companhia e de suas empresas Controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

b) Gerenciamentos de Riscos

A Companhia e suas empresas Controladas estão expostas: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios.

d) Risco de Crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas empresas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o seu respectivo Patrimônio Líquido.

e) Risco de Mercado/Taxas de Juros

A Companhia e suas empresas Controladas estão expostas ao risco da variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros. As dívidas estão sujeitas às variações da Taxa de Longo Prazo ("TLP"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), do Certificado de Depósito Bancário ("CDI") e da Taxa de Depósito Interfinanceiros ("DI").

Com a celebração do Instrumento da Inação pela CRO, mencionada na Nota 15, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal, que passou a utilizar o DI, em substituição à Taxa de Longo Prazo ("TLP").

As empresas Controladas também estão expostas ao risco de variação de índices de preços nas receitas onde as tarifas concessionadas são reajustadas pelo IPCA, em sua maioria.

4.2. Gestão de Capital - Consolidado

Os objetivos da Companhia e de suas empresas Controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, possibilitando o retorno do capital investido aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que reduza esse custo.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas empresas Controladas monitoram a sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total, o qual é representado pela soma do patrimônio líquido consolidado.

O índice de alavancagem financeira do Grupo pode ser assim sumariado:

	Nota	2020	2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.867.637	1.889.086
Caixa e equivalentes de caixa	6	(99.670)	(42.578)
Aplicações financeiras	7	(130.349)	(224.878)
Dívida líquida		1.637.618	1.621.630
Patrimônio líquido	21	87.420	190.729
Total do capital próprio e de terceiros		1.725.038	1.812.359
Índice de alavancagem financeira - %		95%	89%

5. Instrumentos Financeiros por Categoria - Consolidado

A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

		Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	99.670	42.578
Aplicações financeiras	7	130.349	224.878	-	-
Contas a receber	8	-	-	19.997	15.541
Demais contas a receber	9	-	-	192.771	-
Partes relacionadas	10	-	-	-	242.684
Outros ativos	-	-	-	17.138	15.497
		130.349	224.878	329.576	316.300
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	-	1.867.637	1.889.086
Fornecedores	-	-	-	115.895	93.102
Arrendamento mercantil operacional	16	-	-	33.140	47.980
Partes relacionadas	10	-	-	33.752	29.718
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	19	-	-	27.817	18.267
		-	-	2.078.241	2.078.153

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Recursos em bancos e em caixa	2.690	58	33.685	6.785
Aplicações financeiras (a)	24.021	20.532	65.985	35.793
	26.711	20.590	99.670	42.578

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2020, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 96% e 142% do CDI (em 2019 - 90% e 96% do CDI, aplicados no Fundo Atlântico, o qual destinava-se, exclusivamente, aos investimentos da Companhia e suas empresas Controladas).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Aplicações Financeiras – Consolidado

	Consolidado	
	2020	2019
Aplicações financeiras (a) (b)	-	81.427
Títulos e valores mobiliários (c)	130.349	143.451
	130.349	224.878
Ativo circulante	-	81.420
Ativo não circulante	130.349	143.458

- (a) Em 23 de setembro de 2020, o montante aplicado pela CRO no Fundo Atlântico foi resgatado para amortização extraordinária ao Contrato de Empréstimo Ponte junto à CEF (Nota 15(c)).
- (b) Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras incluíam o montante de R\$ 14.223 aplicados em conta reserva da CRO, nos termos do contrato de cessão fiduciária (Nota 15(e)). Em 2020, tais recursos foram liberados para utilização na manutenção de despesas operacionais de curto prazo.
- (c) Representa o valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP OTP CRB"), constituído com a finalidade de deter a participação residual de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB"). Em 2020, a variação das cotas foi de R\$ 13.102, decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido pelo FIP OTP CRB, tendo ocorrido amortização de cotas no montante de R\$ 700 a favor da ODBR, com recursos provenientes de distribuição de dividendos pela CRB.

8. Contas a Receber – Consolidado

	2020	2019
Meios de pagamentos eletrônicos	16.477	12.628
Outros	3.520	2.913
	19.997	15.541

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito, e toma por base para essa avaliação, entre outros aspectos, as informações históricas sobre os índices de inadimplência, a tradição e a reputação no mercado, a qualidade da administração e informações publicadas na mídia e veículos especializados das contrapartes.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Demais Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Linha Universidade S.A.	109.917	-	192.771	-
	109.917	-	192.771	-
Ativo circulante	36.639	-	64.257	-
Ativo não circulante	73.278	-	128.514	-

Decorre dos pagamentos efetuados pela OM e pela OTP a instituições financeiras credoras dos empréstimos contraídos pela Move SP, em decorrência da execução de garantias financeiras. Os valores são devidos a título de sub-rogação, nos termos dos Artigos 346 a 351 da Lei nº 10.406/2002.

Com a cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 mencionada na Nota 1(c), as obrigações de pagamento da Move SP foram assumidas pela Linha Universidade, subsidiária da Acciona, tendo sido o valor dividido em 4 parcelas remuneradas a 3% a.a., sendo que as primeiras parcelas, nos montantes de R\$ 36.373 e R\$ 27.424, foram pagas em outubro de 2020, à OTP e à OM, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019, os valores encontravam-se apresentados na rubrica de Partes Relacionadas (Nota 10).

10. Partes Relacionadas

Controladora

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado
	Outros ativos	Partes relacionadas (d)	Fornecedores	Partes relacionadas	Transações
CRO (a)	-	55.421	-	-	1.859
Odebrecht Ambiental S.A. (b)	137	-	-	-	-
OM	1.901	989	495	-	383
Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBR") (b)	-	-	562	-	146
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b)	1.029	-	530	-	(827)
Agrovia (a)	-	1.603	-	-	54
ATVOS Agroindustrial S.A.	118	-	-	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (c)	73	-	-	9.690	(1.459)
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") (c)	-	-	-	24.062	(3.622)
CBPO Engenharia Ltda ("CBPO") (b)	279	-	-	-	-
31 de dezembro de 2020	3.537	58.013	1.587	33.752	(3.466)
31 de dezembro de 2019 (d)	1.636	199.450	353	29.718	2.888

Consolidado

	Ativo circulante	Ativo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado
	Outros Ativos	Adiantamento a fornecedor	Partes relacionadas (d)	Fornecedores	Partes relacionadas	Transações
Odebrecht Ambiental S.A. (b)	351	-	-	-	-	-
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b) (e)	1.056	71.402	-	537	-	(869)
ATVOS Agroindustrial S.A. (b)	118	-	-	-	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (c) (f)	73	-	-	84.955	9.690	9.984
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") (c)	-	-	-	-	24.062	(3.622)
CBPO Engenharia Ltda ("CBPO") (b)	314	-	-	-	-	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (b)	2	-	-	4.827	-	-
31 de dezembro de 2020	1.914	71.402	-	90.319	33.752	5.493
31 de dezembro de 2019 (d)	1.914	71.402	242.684	79.988	29.718	3.580

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Referem-se a operações de mútuos, remunerados a taxas de mercado.
- (b) Outros ativos e/ou Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas, tais como aluguéis e despesas com serviços compartilhados (apoio financeiro e/ou tecnologia da informação e repasse de passivos trabalhistas).
- (c) Os valores devidos à OECI e à OOL decorrem, respectivamente, da cessão de recebíveis e alienação de ações em favor da OTP, realizadas no processo de alienação do controle societário da Concessionária Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Supervia").
- (d) Em 2019, a rubrica de Partes Relacionadas incluía os valores a receber da Move SP (investida indireta da OTP), cuja obrigação foi cedida à Linha Universidade em 2020 (juntamente à cessão do Contrato de Concessão). Como a cessão se deu para uma empresa de fora do grupo econômico da OTP, o saldo foi reclassificado para a rubrica "Demais Contas a Receber" (Nota 9).
- (e) A rubrica de Adiantamentos a Fornecedores está relacionada a adiantamentos feitos pela CRO para a execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, o qual está registrado como custo do ativo de contrato. Por outro lado, em função da suspensão do Contrato de EPC pela CRO com a CNO, existem obrigações contratuais da CRO com a CNO que precisarão ser endereçadas, caso haja o término do Contrato de EPC (oriundos de eventual rescisão/caducidade do Contrato de Concessão).
- (f) O saldo alocado em Fornecedores, decorre da contratação pela CRO para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT. A contratação obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração da CRO.

11. Ativos Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas

Tendo em vista o estágio avançado das negociações, e sendo altamente provável que a alienação ocorra durante o próximo exercício social, os investimentos da ODBR nas empresas CBN, CRC e CRA, juntamente com os direitos a receber do mútuo detido pela Companhia a favor da CRA, estão sendo tratados como "Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação", mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas para a venda. Tais investimentos estão sendo mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos a despesa de venda, tendo sido reconhecidas perdas pelo valor de recuperabilidade (*impairment*) no montante total de R\$ 167.697 (2019: R\$ 163.532).

Os resultados dos "Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação" estão apresentados na rubrica "Operações Descontinuadas" na demonstração do resultado e a participação nos ativos e passivos estão apresentados nas rubricas "Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação" e "Passivos Relacionados a Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação" no balanço patrimonial, conforme detalhadas nos itens (a) e (b) a seguir.

Adicionalmente, tendo em vista a paralização das operações da Agrovía, em virtude do processo de resilição do contrato de arrendamento e consequente descontinuidade, os resultados apurados e os fluxos de caixa passaram a ser apresentados de forma consolidada, sendo os efeitos detalhados no item (b) a seguir.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Saldo Patrimonial em 31 de dezembro

Ativo	2020				2019			
	ODBR	CRC	Eliminação	Total	ODBR	CRC	Eliminação	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	9.634	-	9.634	-	4.049	-	4.049
Contas a receber	-	2.492	-	2.492	-	1.238	-	1.238
Tributos a recuperar	-	241	-	241	-	459	-	459
Outros ativos	-	103	-	103	-	129	-	129
Ativo circulante	-	12.470	-	12.470	-	5.875	-	5.875
Aplicações financeiras	-	7.969	-	7.969	-	7.785	-	7.785
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	2.952	-	2.952	-	3.505	-	3.505
Outros ativos	-	532	-	532	-	202	-	202
Investimento	71.812	-	(28.238)	43.574	66.595	-	(27.160)	39.435
Imobilizado	-	178	-	178	-	179	-	179
Intangível	-	62.210	-	62.210	-	65.543	-	65.543
Ativo não circulante	71.812	73.841	(28.238)	117.415	66.595	77.214	(27.160)	116.649
Total do ativo	71.812	86.311	(28.238)	129.885	66.595	83.089	(27.160)	122.524

Passivo	2020				2019			
	ODBR	CRC	Eliminação	Total	ODBR	CRC	Eliminação	Total
Fornecedores	-	310	-	310	-	224	-	224
Empréstimos e financiamentos	-	3.724	-	3.724	-	3.381	-	3.381
Partes relacionadas	-	33	-	33	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições sociais	-	296	-	296	-	158	-	158
Obrigações sociais e trabalhistas	-	290	-	290	-	363	-	363
Outros passivos	-	1.302	-	1.302	-	1.375	-	1.375
Passivo circulante	-	5.955	-	5.955	-	5.501	-	5.501
Empréstimos e financiamentos	-	38.062	-	38.062	-	36.399	-	36.399
Partes relacionadas	-	896	-	896	-	1.513	(752)	761
Provisão para contingências	-	1.039	-	1.039	-	953	-	953
Outros passivos	-	2.267	-	2.267	-	2.084	-	2.084
Passivo não circulante	-	42.264	-	42.264	-	40.949	(752)	40.197
Total do passivo	-	48.219	-	48.219	-	46.450	(752)	45.698
Patrimônio líquido não controladores	-	-	9.855	9.855	-	-	9.478	9.478
Total passivo e patrimônio líquido	-	48.219	9.855	58.074	-	46.450	8.726	55.176

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Demonstração dos Resultados do Exercício Findo em 31 de dezembro

	2020						
	Ativos circulantes mantidos para negociação			Operação descontinuada			Total de efeitos
	ODBR	CRC	Eliminações	OTP	Agrovia	Eliminações	
Operações descontinuadas							
Receita líquida	-	18.781	-	-	-	-	18.781
Custo dos serviços prestados	-	(8.646)	-	-	(1.443)	-	(10.089)
Lucro (prejuízo) bruto	-	10.135	-	-	(1.443)	-	8.692
Despesas gerais e administrativas	-	(4.190)	-	(7.266)	(2.283)	-	(13.739)
Resultado operacional	-	5.945	-	(7.266)	(3.726)	-	(5.047)
Equivalência patrimonial	(7.037)	-	(1.374)	(7.272)	-	7.272	(8.411)
Impairment	12.254	-	-	1.731	-	-	13.985
Resultado financeiro líquido	-	(3.270)	-	-	(3.917)	-	(7.187)
Resultado antes dos impostos	5.217	2.675	(1.374)	(12.807)	(7.643)	7.272	(6.660)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(821)	-	-	-	-	(821)
Lucro (prejuízo) do exercício	5.217	1.854	(1.374)	(12.807)	(7.643)	7.272	(7.481)

	2019							
	Ativos circulantes mantidos para negociação					Operação descontinuada		Total de efeitos
	OTP	OM	ODBR	CRC	Eliminação	OTP	Agrovia	
Operações descontinuadas								
Receita líquida	-	-	-	15.051	-	-	1.948	16.999
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(8.899)	-	-	(7.292)	(16.191)
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	-	6.152	-	-	(5.344)	808
Despesas gerais e administrativas	-	-	(6.752)	(4.191)	-	-	(3.289)	(14.232)
Outras despesas, líquidas	-	-	-	2	-	-	-	2
Resultado operacional	-	-	(6.752)	1.963	-	-	(8.633)	(13.422)
Equivalência patrimonial	1.579	(10.758)	(6.279)	-	313	(14.321)	-	(15.145)
Alienação de investimentos	15.958	-	108.535	-	-	-	-	124.493
Impairment	(47.473)	-	(80.086)	-	-	2.609	-	(124.950)
Ajuste valor justo	-	-	16.624	-	-	-	-	16.624
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(2.598)	-	-	(6.505)	(9.103)
Resultado antes dos impostos	(29.936)	(10.758)	32.042	(635)	313	(11.712)	(15.138)	(21.503)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	213	-	-	-	213
Lucro (prejuízo) do exercício	(29.936)	(10.758)	32.042	(422)	313	(11.712)	(15.138)	(21.290)

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro

	2020					
	Ativos circulantes mantidos para negociação			Operação descontinuada		Total de efeitos
	ODBR	CRC	Eliminação	OTP	Agrovia	Eliminação
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	5.217	2.675	(1.374)	(12.807)	(7.643)	7.272
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício						
Depreciação e amortização	-	3.818	-	-	1.383	-
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	-	3.595	-	-	2.883	-
Resultado de equivalência patrimonial	7.037	-	1.374	7.272	-	(7.272)
Provisão para contingências	-	86	-	-	(48)	-
Impairment	(12.254)	-	-	(1.731)	-	-
Ajuste valor justo	-	-	-	-	270	-
Outros	-	399	-	-	-	-
Total de Ajustes para reconciliação	(5.217)	7.898	1.374	5.541	4.488	(7.272)
Variação nos ativos e passivos	-	(1.232)	-	7.266	56	-
Caixa proveniente das operações	-	9.341	-	-	(3.099)	-
Juros pagos	-	(773)	-	-	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	-	8.568	-	-	(3.099)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Adições ao imobilizado	-	(53)	-	-	-	-
Adições ao intangível	-	(426)	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	(184)	-	-	-	-
	-	(663)	-	-	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Partes relacionadas	-	33	-	-	-	-
Amortização de empréstimos	-	(792)	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	-	(545)	-	-	(1.143)	-
Pagamento de dividendos	-	(1.016)	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	4.008	-
	-	(2.320)	-	-	2.865	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	-	5.585	-	-	(234)	-

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019							
	Ativos circulantes mantidos para negociação					Operação descontinuada		Total de efeitos
	OTP	OM	ODBR	CRC	Eliminação	OTP	Agrovia	
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(29.936)	(10.758)	32.042	(635)	312	(11.712)	(15.138)	(21.504)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício								
Depreciação e amortização	-	-	-	3.813	-	-	3.132	6.945
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	3.265	-	-	5.336	8.601
Resultado de equivalência patrimonial	-	10.758	6.281	-	(312)	14.321	-	16.727
Provisão para contingências	-	-	-	187	-	-	-	187
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	-	-	-	21	-	-	-	21
Baixa de investimentos	359.454	-	(33.104)	-	-	-	-	326.350
Impairment	(227.494)	-	80.085	-	-	(2.609)	-	(150.018)
Ajuste valor justo	-	-	(16.624)	-	-	-	-	(16.624)
Outros	47.089	-	-	547	-	-	60	47.696
Total de Ajustes para reconciliação	179.049	10.758	36.638	7.833	(312)	11.712	8.528	239.885
Variação nos ativos e passivos	-	-	-	(848)	-	-	466	(382)
Caixa proveniente das operações	149.113	-	68.680	6.350	-	-	(6.144)	217.999
Juros pagos	-	-	-	(3.229)	-	-	(424)	(3.653)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	149.113	-	68.680	3.121	-	-	(6.568)	214.346
Fluxos de caixa das atividades de investimentos								
Adições ao imobilizado	-	-	-	(6)	-	-	(14)	(20)
Adições ao intangível	-	-	-	(260)	-	-	(19)	(279)
Aplicações financeiras	-	-	-	109	-	-	-	109
	-	-	-	(157)	-	-	(33)	(190)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento								
Amortização de empréstimos	-	-	-	(2.562)	-	-	(1.041)	(3.603)
Arrendamento mercantil	-	-	-	(527)	-	-	(1.597)	(2.124)
Recursos recebidos	-	-	-	-	-	-	1.493	28
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	7.697	-
	-	-	-	(3.089)	-	-	6.552	(5.699)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	149.113	-	-	(125)	-	-	(49)	208.457

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Investimentos

a) Informações Sobre as Investidas – Controladora

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Agrovia do Nordeste S.A.	52.537.447	48.529.447	95,38	94,97	1.561	5.196	(7.643)	(15.137)
Concessionária Rota das Horizonte S.A.	360.000	600.000	60,00	60,00	848	1.248	(31)	48
Odebrecht Mobilidade S.A.	66.508.258	66.086.038	60,00	60,00	111.580	106.370	3.353	(76.473)
Odebrecht Rodovias S.A.	1.202.509.106	1.202.509.106	100,00	100,00	597.198	597.593	(453)	(80.044)
OTP SPV Participações S.A.	120.165.940	119.973.092	100,00	100,00	90.197	117.319	(27.122)	(51.833)

b) Movimentação dos Investimentos - Controladora

Investimentos	Saldo no início do exercício	Movimentações societárias das investidas		Reclassificação (**)	Resultado de participações societárias	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos	Operações descontinuadas	Outros	Saldo no final do exercício
		Adições	Baixas							
Agrovia do Nordeste S.A.	-	4.008	-	-	-	(182)	-	(3.826)	-	-
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN")	2.668	-	-	-	-	-	-	-	-	2.668
Concessionária Rota das Horizonte S.A.	749	-	(240)	-	(19)	-	-	-	-	490
Odebrecht Mobilidade S.A.	64.469	466	-	-	2.013	-	-	-	-	66.948
Odebrecht Rodovias S.A.	597.593	-	-	-	(395)	-	-	-	-	597.198
OTP SPV Participações S.A.	117.319	-	-	-	(27.122)	-	-	-	-	90.197
31 de dezembro de 2020	782.798	4.474	(240)	-	(25.523)	(182)	-	(3.826)	-	757.501
31 de dezembro de 2019	990.331	91.739	(409.672)	(150)	303.451	(1.224)	(2.595)	(11.712)	1.583	782.798

c) Movimentação Societárias – Controladora

Ao longo de 2020, a Companhia subscreveu 4.008.000 novas ações ordinárias emitidas pela Agrovia, no valor de R\$ 4.008, que foram totalmente integralizadas em moeda nacional corrente, sendo o recurso destinado à cobertura de despesas ordinárias da Agrovia.

d) Coligadas, Controladas em conjunto e Outros Investimentos – Consolidado

	2020	2019
CLN	2.668	2.668
RTP (*)	90.197	117.318
Total dos investimentos	92.865	119.986

(*) Participação residual indireta na Supervia detida pela OTP SPV, após a alienação do controle. Em 2020, foi apropriada equivalência patrimonial negativa no montante de R\$ 27.122, a qual foi impactada, de forma substancial, pela baixa contábil, líquida dos impostos diferidos, realizada no contas a receber da Supervia junto ao Poder Concedente, oriundo do aumento extraordinário das tarifas de energia elétrica autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 2014. Apesar da baixa contábil, o valor continuará sendo cobrado pela Supervia junto ao Poder Concedente.

A Companhia e suas empresas Controladas registraram valores de *impairment* relativos aos seus investimentos, sendo os saldos, em 31 de dezembro de 2020, de: VLT-RJ - R\$ 23.273, RTP - R\$ 49.856 e Move SP - R\$ 36.036 (2019: VLT-RJ - R\$ 28.776, RTP - R\$ 49.856 e Move SP - R\$ 80.827). Em 2020, os ajustes de *impairment* se devem às alterações do valor do investimento, que decorrem, substancialmente, da apropriação dos efeitos de equivalência patrimonial.

Também foi constituído *impairment* decorrente de outros recebíveis, detidos pela OM, a favor da VLT-RJ, no montante de R\$ 6.891 (2019: R\$ 2.940).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Imobilizado – Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos e embarcações	Direito de uso (*)	Outros	Total
Custo	150	38.333	36.392	1.672	4.215	-	82	80.694
Amortização acumulada	-	(2.781)	(8.489)	(1.006)	(2.074)	-	(32)	(14.382)
Em 1º de janeiro de 2019	150	35.552	27.903	666	2.141	-	50	66.312
Aquisições	-	-	51	39	33	-	-	123
Adoção inicial IFRS 16	-	-	-	-	-	31.821	-	31.821
Baixas, líquidas de depreciação	(150)	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	26	24	-	-	(50)	-
Reclassificação (*)	-	(30)	(123)	(67)	(2)	-	-	(222)
Depreciação	-	(871)	(1.357)	(143)	(484)	(4.558)	-	(7.413)
Movimentação	-	34.651	26.500	519	1.688	27.263	-	90.621
Custo	-	38.303	36.346	1.668	4.246	31.821	32	112.416
Depreciação acumulada	-	(3.652)	(9.846)	(1.149)	(2.558)	(4.558)	(32)	(21.795)
Em 31 de dezembro de 2019	-	34.651	26.500	519	1.688	27.263	-	90.621
Aquisições	-	162	227	11	4	-	-	404
Baixas, líquidas de depreciação	-	(8)	-	-	-	(2.588)	-	(2.596)
Operações descontinuadas (*)	-	(9)	(75)	(2)	-	(1.294)	-	(1.380)
Depreciação	-	(507)	(418)	(131)	(462)	(3.511)	-	(5.029)
Movimentação	-	34.289	26.234	397	1.230	19.870	-	82.020
Custo	-	40.250	33.901	1.333	2.581	25.999	-	104.064
Depreciação acumulada	-	(5.961)	(7.667)	(936)	(1.351)	(6.129)	-	(22.044)
Em 31 de dezembro de 2020	-	34.289	26.234	397	1.230	19.870	-	82.020

(*) Referem-se aos saldos e/ou movimentações das controladas CRC e Agrovía que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas (Nota 11).

(*) Representa os direitos de uso relativos aos contratos de arrendamento mercantil.

14. Intangível - Consolidado

a) Composição

	2020	2019
Infraestrutura (b)	1.882.021	1.824.927
Direitos de uso	9.735	17.953
Outros	422	390
	1.892.178	1.843.270

b) Infraestrutura

Representa os custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão da CRO. O cálculo da parcela mensal, do consumo da infraestrutura, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização.

	2020			2019
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Recuperação	1.051.242	(99.611)	951.631	878.930
Operação	84.745	(16.102)	68.643	100.047
Melhoramentos	859.669	(69.997)	789.672	770.872
Adiantamentos	72.075	-	72.075	75.078
	2.067.731	(185.710)	1.882.021	1.824.927

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de uso	Software e outros	Total
Custo	1.960.738	-	1.054	1.961.792
Amortização acumulada	(110.473)	-	(457)	(110.930)
Saldo em 1º de janeiro de 2019	1.850.265	-	597	1.850.862
Adições (*)	81.664	14.302	28	95.994
Adoção inicial IFRS 16	-	12.888	-	12.888
Baixas, líquidas de amortização	(683)	-	-	(683)
Movimentação societária (**)	(67.807)	-	(42)	(67.849)
Amortização	(38.512)	(9.237)	(193)	(47.942)
Saldo	1.824.927	17.953	390	1.843.270
Custo	1.955.003	27.190	1.019	1.983.212
Amortização acumulada	(130.076)	(9.237)	(629)	(139.942)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.824.927	17.953	390	1.843.270
Adições (*)	103.684	3.510	204	107.398
Baixas, líquidas de amortização	(3.513)	(141)	-	(3.654)
Amortização (***)	(43.077)	(11.587)	(172)	(54.836)
Saldo	1.882.021	9.735	422	1.892.178
Custo	2.067.731	32.419	1.224	2.101.374
Amortização acumulada	(185.710)	(22.684)	(802)	(209.196)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.882.021	9.735	422	1.892.178

(*) Apenas o montante de R\$ 104.469 se refere a adições com impacto no caixa no exercício.

(**) Em 2019, referem-se aos saldos da controlada CRC que passaram a ser classificados na rubrica de “Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas” (Nota 11).

(***) Parte da amortização relativa aos Direitos de uso, no montante de R\$ 2.929, foi apropriada ao Ativo Intangível.

15. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Corporativo (a)	876.255	836.403	876.255	836.403
Captações estruturadas (b)	-	-	50.308	46.742
Capital de giro e Empréstimo Ponte (c)	-	-	946.361	1.025.406
(-) Custo de transação (d)	-	(385)	(5.287)	(19.465)
	876.255	836.018	1.867.637	1.889.086

a) Corporativo

A Companhia possui empréstimos junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 203.787 (2019 – R\$ 196.575), com taxa de juros de 132% do CDI a.a., e debêntures privadas, subscritas pelo Bradesco, no montante de R\$ 672.468 (2019 - R\$ 639.828), com remuneração de CDI + 2,28% a.a. Em 31 de dezembro de 2020, estava sendo negociada a prorrogação do prazo de vencimento junto ao Banco do Brasil, tendo sido formalizada uma carta conforto a respeito de tais negociações.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Já para as debêntures subscritas pelo Bradesco, o vencimento foi prorrogado para 15 de fevereiro de 2021, conforme deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 01 de setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou índices financeiros inferiores aos exigidos na Escritura das Debêntures subscritas pelo Bradesco, sendo (i) limite de 0,5x do Índice Endividamento Financeiro Líquido/Patrimônio Líquido limitado, na controladora; limite de 4,0x do Endividamento Financeiro Líquido/Dividendos, no consolidado; e/ou (ii) manutenção de caixa mínimo de R\$ 200.000. A não observância desses indicadores pode trazer como consequência o vencimento antecipado da dívida, a ser deliberado em Assembleia de Debenturistas, que ocorre posteriormente à emissão das demonstrações financeiras da Companhia, sendo a dívida classificada no passivo circulante em 31 de dezembro de 2020. No entanto, como vem ocorrendo historicamente, a Companhia tem obtido a dispensa para essa exigência contratual (“waiver”).

b) Captações Estruturadas

A Agrovía emitiu debêntures para a construção de infraestrutura no montante de R\$ 35.000, com remuneração de CDI + 4,75% a.a. O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 50.308 (2019 - R\$ 46.742), sendo o prazo de vencimento em 15 de fevereiro de 2021, conforme deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 01 de setembro de 2020.

c) Capital de Giro e Empréstimo Ponte

- (i) A CRO possuía um contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante de R\$ 762.000 (“Contrato de Financiamento Ponte BNDES”), destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163/MT, tendo sido liberado o montante de R\$ 590.000. Sobre o valor do principal da dívida incidiam juros de Taxa de Longo Prazo + 2,9% a.a. O vencimento vinha sendo prorrogado de forma sucessiva, sendo que em 15 de maio de 2019 foi celebrado um aditivo contratual, prorrogando novamente o prazo de vencimento para 15 de maio de 2020.

Em 17 de fevereiro de 2020, o Banco Crédit Agricole Brasil S.A. (“Crédit Agricole”), o Banco Itaú S.A. (“Itaú”), o Banco ABC Brasil S.A. (“ABC”), o ING Bank N.V. (“ING”) e o Banco Pine S.A. (“Pine”) e, em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) e em conjunto com Crédit Agricole, Itaú, ABC, ING e Pine, “Credores”), na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, realizaram o pagamento do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO, no âmbito do referido contrato.

- (ii) Em decorrência do pagamento ao BNDES, em 25 de março de 2020, a CRO celebrou um Instrumento de Inação junto aos Credores, exceto Banco do Brasil, por meio do qual os Credores concordaram em não iniciar e/ou continuar ação de execução judicial ou extrajudicial contra a CRO e/ou seus acionistas, assim como em suspender os efeitos dos inadimplementos pela CRO e/ou pelas acionistas ocorridos nos termos dos documentos da operação, mediante as seguintes condições: **(1)** definição da participação de cada instituição na dívida consolidada, sendo: Banco do Brasil: 20,67%, Crédit Agricole - 20,67%, Itaú - 14,39%, Pine - 14,39%, ABC - 5,08% e ING - 24,80%; **(2)** em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Crédit Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20% a.a.; **(3)** em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10% a.a.;

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(4) amortização no montante de 3,5% a.a. do valor de principal da dívida consolidada, conforme as participações aplicáveis a cada credor; e (5) as partes poderão acordar extensão do período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022.

Por sua vez, dado que o Banco do Brasil não firmou o Instrumento de Inação, o mesmo assinou correspondências confirmando que não possuía, no respectivo momento, a intenção de praticar qualquer ato contrário ao Instrumento de Inação e buscaria aprovações internas para a celebração do Aditamento de Adesão ao Instrumento de Inação, além de empregar esforços para a celebração de referido aditamento.

Em maio de 2020, a CRO obteve junto aos Credores a prorrogação do prazo de vencimento e período de validade ao Instrumento de Inação para 15 de novembro de 2020. Atualmente as partes estão em trâmite de formalização de extensão ao vencimento.

Em novembro de 2020, foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 14.064, ao Banco do Brasil nas condições do Instrumento de Inação.

Importante ressaltar que as Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso.

- (iii) A CRO também captou um financiamento junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”), no montante de R\$ 300.000, com vencimento original em parcela única do principal mais juros em 20 de novembro de 2018. Sobre o principal da dívida incide juros de 3,5% a.a., acima da TLP, sendo o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 310.002 (2019 - R\$ 383.346).

Em 21 de dezembro de 2018, foi celebrado um novo aditivo contratual, prorrogando o prazo de vencimento do Contrato de Empréstimo Ponte da CEF para 20 de maio de 2019. Após diversas tentativas de acordo para renovação do empréstimo, em 23 de setembro de 2020, a CEF iniciou um processo de execução da dívida, resgatando o montante aplicado pela CRO no Fundo Atlântico, administrado pela CEF, além dos recursos disponíveis em sua conta corrente, totalizando R\$ 118.226. Com a retomada das negociações, o processo de execução foi temporariamente suspenso.

Diante dessa situação, os Credores e a CEF iniciaram uma discussão sobre qual seria a melhor alternativa para equalização e reescalonamento de todas as dívidas da CRO, de forma a atender aos interesses da CEF e dos Credores, preservando, ao mesmo tempo, a continuidade operacional da concessão, o que deverá ser formalizado através de um Aditivo ao Instrumento de Inação, no âmbito da dívida dos Credores, e um Termo de Tolerância, no âmbito da dívida da CEF, conforme negociações em curso desde setembro de 2020.

- (iv) Paralelamente, nos termos do Instrumento de Inação, o Banco do Brasil deveria receber da CRO, na data de celebração do aditamento ao Instrumento de Inação (“Aditamento de Adesão”) os valores correspondentes conforme os pagamentos já realizados aos Credores. Com o objetivo de igualar o Banco do Brasil aos demais Credores com relação aos pagamentos feitos sob o Instrumento de Inação, os quais continuam a ser realizados pela CRO, e até que se concluam as negociações com os Credores e a CEF para equalização e reescalonamento de todas as dívidas, viabilizando a celebração pelo Banco do Brasil e demais Credores do Aditamento de Adesão, a CRO, as acionistas e os Credores concordaram com o pagamento dos Valores Adesão Banco do Brasil, atualizados até a data de 16 de novembro de 2020, incluindo o pagamento referente ao mês de novembro, antes da formalização do Aditamento de Adesão e com a inclusão do Banco do Brasil nos pagamento parciais.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) No exercício de 2020, foram pagos pela CRO principal e juros nos montantes respectivos de R\$ 157.768 e R\$ 45.742 (2019 – R\$ 36.363 e R\$ 62.013). Também foram pagos custos de transação no montante de R\$ 10.249 (2019 – 43.510).

d) Custo de Transação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

e) Garantias

- (i) Os contratos de financiamento da CRO com a CEF e o Instrumento de Inação com os Bancos Credores possuem como garantia fidejussória fiança corporativa da OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela ODBR em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC.

Conforme descrito na Nota 7, em 2020, o recurso disponível na conta reserva, previsto no contrato de cessão fiduciária, foi liberado para manutenção das despesas operacionais do projeto de curto prazo da CRO.

- (ii) Para o contrato de empréstimo ponte da Agrovía, a OTP disponibilizou fiança corporativa e alienação fiduciária das ações como garantia, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela ODBR em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias, sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC e cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO).
- (iii) O contrato de financiamento da CRC prevê, como garantia, penhor de ações ordinárias e direitos emergentes do contrato de concessão, vinculação de recebíveis, fundo de liquidez em conta reserva e cessão de direitos creditórios.
- (iv) Além das garantias supra mencionadas, a Companhia forneceu um *Equity Support Agreement* (“ESA”) para empréstimos e financiamentos contratados pela investida VLT-RJ, na proporção da sua participação indireta original de 15%, e fianças corporativas da sua controlada direta ODBR para a CRA, na proporção da sua participação de 50%. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor total do VLT-RJ junto ao BNDES é de R\$ 878.926 e da CRA é de R\$ 108.994.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Arrendamento Mercantil

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	24.705	-	47.980	-
Reconhecimento inicial (*)	-	15.297	-	34.251
Adições (*)	-	10.702	3.510	25.003
Amortização	(3.396)	(2.383)	(17.444)	(14.341)
Baixas (**)	-	-	(3.324)	-
Apropriação das despesas financeiras	1.218	1.089	2.418	3.067
Saldo final	22.527	24.705	33.140	47.980
Passivo circulante	3.363	3.363	11.800	17.034
Passivo não circulante	19.164	21.342	21.340	30.946

(*) O reconhecimento inicial e as adições consideram a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação, sendo 9% a.a. na CRO, 11,15% na Agrovía e 5,26% nas controladoras.

(**) A área, objeto do arrendamento da Agrovía, foi devolvida ao Poder Concedente em 20 de agosto de 2020 por meio do "Termo de Recebimento da Área." A devolução fundamenta-se na Portaria da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários nº 1709, de 11 de agosto de 2020, na Resolução Normativa nº 29/2019 – ANTAQ e no Contrato de Arrendamento nº 29/2012 e seus termos aditivos. Em decorrência da devolução da área arrendada, foi realizada a baixa total do saldo de arrendamento operacional.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social – Consolidado

a) Ativo e Passivo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os saldos dos ativos e passivos de imposto de renda diferido apresentados de forma líquida, são decorrentes de:

	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	17.429	22.622
Mensuração de diferença de valor justo em combinação de negócio	(3.654)	(3.613)
Outras diferenças temporárias	14.698	11.944
	28.473	30.953

(*) Refere-se, substancialmente, a impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da CRO. Esses créditos têm projeção de realização até 2025.

A expectativa da Companhia e de suas controladas quanto à realização total dos créditos fiscais acima referido está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	2020	2019
2020	-	772
2021	2.424	2.424
2022	10.952	10.952
2023 em diante	4.053	8.474
	17.429	22.622

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado das controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e de suas empresas Controladas.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos no Resultado

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
CRO	(1.824)	(657)	5.159	1.857
	(1.824)	(657)	5.159	1.857

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente no Resultado

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
CRO	(301)	(3.319)	(31)	(20)
OM	(289)	(113)	(1.998)	(721)
CRH	-	-	(6)	(4)
ODBR	(970)	(366)	(1.235)	(466)
OTP SPV	-	-	(123)	(45)
	(1.560)	(3.798)	(3.393)	(1.256)

18. Provisão Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias

A Companhia e suas empresas Controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

O Grupo apresentava os seguintes saldos de provisões e de depósitos judiciais:

	2020		2019	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Contingências trabalhistas e previdenciárias	165	(402)	356	(18)
Reclamações cíveis	237	(1.946)	-	(2.395)
Outros (i) / (ii)	942	(3.313)	9	(3.547)
	1.344	(5.661)	365	(5.960)

- (i) O saldo apresentado em Outras Provisões inclui o montante de R\$ 2.728, relativo a perdas estimadas pela CRO em decorrência de procedimento interno de verificação de suposta não conformidade.
- (ii) Em 2020, foi efetuado depósito judicial no montante de R\$ 933 em função de multas administrativas impostas pela ANTT à CRO.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, às quais são revisadas periodicamente.

Perdas Possíveis, Não Provisionadas no Balanço:

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas empresas controladas, incluindo a CRC, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de 11.635 (2019 - R\$ 9.367).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Provisão para Perdas no Valor Recuperável de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$ 354.515 (2019 - R\$ 310.006) se refere a provisão para perdas no valor recuperável de investimentos líquidos das controladas CRO e Agrovía, nos montantes de R\$ 353.026 e R\$ 1.489 (2019 - R\$ 305.071 e R\$ 4.935), respectivamente e consideram, principalmente, os fluxos de caixa líquidos esperados em função do recebimento futuro de dividendos provenientes destes investimentos.

20. Provisão para Conserva Especial - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo apresentava saldo de R\$ 105.194 (2019 - R\$ 121.890) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura efetuada pela CRO, a qual teve a seguinte movimentação:

	2020	2019
Saldo inicial	121.890	101.018
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(3.119)	1.967
Provisão de conserva especial	35.801	18.905
Reversão ajuste a valor presente	(5.044)	-
Reversão de provisão para conserva especial	(44.334)	-
Saldo final	105.194	121.890

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou proposta juntamente com um Plano de Cura à ANTT, representado por um novo projeto de retomada e realização dos investimentos a partir de 2021, com novos montantes e cronograma de investimentos, relacionados a duplicação da rodovia e a manutenção dos reajustes tarifários. Esse novo plano está sob avaliação da ANTT e, naturalmente, resultou na postergação dos investimentos previstos originalmente no contrato de concessão, em especial as obras de duplicação e melhorias.

O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação impacta diretamente na curva de conserva especial.

Como parte da nova proposta, houve também a revisão da solução técnica de pavimento, que passa a ser pavimento rígido, frente à premissa anterior que previa adoção de pavimento flexível em todo o segmento duplicado. Essa solução aumentará a vida útil do pavimento, reduzindo assim a necessidade de intervenção e, consequentemente, dos gastos com manutenção. Além desse aspecto, a intervenção em pavimento também está atrelada ao estudo do tráfego de longo prazo, revisado e alterado em 2020 a partir de projeções atualizadas de macroeconomia e produção agro do estado.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram incorridos custos referentes à conserva especial.

Por todos os aspectos anteriormente apresentados e em atendimento às boas práticas contábeis brasileiras para fins de determinação na melhor estimativa, a Administração da CRO revisou os critérios de apuração e alterou o valor da provisão para conserva especial em 30 de junho de 2020, resultando numa redução de R\$ 49.378 no saldo da provisão, reconhecida no resultado.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Número de ações		Participação no capital social (%)	
	2020	2019	2020	2019
Novonor	127.499.078	127.499.078	59,39%	59,39%
BNDES Participações S.A.	22.767.693	22.767.693	10,61%	10,61%
FI-FGTS	64.400.045	64.400.045	30,00%	30,00%
	214.666.816	214.666.816	100,00%	100,00%

b) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado.

	2020	2019
Saldo inicial	(43.893)	(42.669)
Ganho (perda) de variação de percentual de participação (*)	(182)	(1.224)
Saldo final	(44.075)	(43.893)

(*) Decorre da alteração de percentual de participação no VLT-RJ e na Agrovía.

22. Receita Líquida - Consolidado

	2020	2019
Receitas acessórias	4.922	5.060
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	253.857	213.843
Receitas de vale pedágio (ii)	68.661	86.817
Receitas em numerário	132.844	140.453
Outras receitas	-	1.290
Receita operacional	460.284	447.463
Receita de construção ICPC 01-R1 (Nota 24)	103.684	90.622
Receita bruta	563.968	538.085
Tributos sobre serviços de operação	(38.319)	(37.398)
Outras deduções da receita	(26)	(18)
Receita operacional líquida	525.623	500.669

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento "Automatic Vehicle Identification" (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas.
- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas.

23. Receita e Custo de Construção

O Grupo registrou receita de construção, em atendimento ao ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão, oriunda da controlada CRO, tendo sido apurada com base no custo total incorrido na formação da infraestrutura.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Receita de construção		Custo de construção	
	2020	2019	2020	2019
Direito da Concessionária				
Ativo Intangível	103.684	90.622	(103.684)	(90.622)
	103.684	90.622	(103.684)	(90.622)

A Administração da CRO entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras são imateriais para fins de mensuração. Logo, a receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a zero.

24. Gastos por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Classificadas por natureza:				
Alienação de investimentos	-	-	(7.158)	(18.680)
Depreciação e amortização	(4.122)	(3.243)	(56.936)	(52.223)
Gastos com pessoal	(13.800)	(14.714)	(74.977)	(74.491)
Materiais e equipamentos	-	(7)	(2.075)	(13.148)
Provisão para conserva especial	-	-	15.881	(14.894)
Seguros	(583)	(673)	(20.167)	(16.376)
Serviços de terceiros	(8.447)	(7.477)	(57.480)	(67.072)
Impairment de outros ativos	-	-	(3.951)	(2.940)
Outras receitas e despesas	663	(9.953)	(33.830)	(44.719)
	(26.289)	(36.067)	(240.693)	(304.543)
Classificadas por função				
Custos dos serviços prestados	-	-	(159.943)	(176.194)
Gerais e administrativas	(27.158)	(34.110)	(69.999)	(92.434)
Outras despesas, líquidas	869	(1.957)	(10.751)	(35.915)
	(26.289)	(36.067)	(240.693)	(304.543)

25. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas Financeiras				
Receitas com juros	5.953	30.591	19.455	51.001
Variações monetárias	114	391	156	368
Outras	-	875	116	1.056
	6.067	31.857	19.727	52.425
Despesas Financeiras				
Ajuste a valor presente	(1.219)	(1.089)	(405)	(7.067)
Amortização de custos de transação	(384)	(3.154)	(24.537)	(46.835)
Despesas com juros (*)	(45.003)	(86.524)	(181.816)	(320.918)
Variações monetárias	-	(2.635)	(1)	(28.258)
Outros	(288)	(3.072)	(3.055)	(10.411)
	(46.894)	(96.474)	(209.814)	(413.489)
Resultado financeiro, líquido	(40.827)	(64.617)	(190.087)	(361.064)

(*) Em 2019, o resultado financeiro foi impactado pelas despesas financeiras decorrentes das debêntures emitidas pela Companhia, código ODTR11, e pelas debêntures da ODBR junto ao SCP 1355 Fundo de Investimentos em Participações, cujos direitos e obrigações foram cedidos para a CRB, em 28 de maio de 2019.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Prejuízo por Ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2020	2019
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(105.446)	(321.285)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,49)	(1,50)

27. Eventos Subsequentes

- Em 5 de janeiro de 2021 o Tribunal Arbitral que está avaliando o Procedimento Arbitral da CRA determinou a manifestação das Requerentes a respeito do pedido de esclarecimentos feitos pela CRA até 20 de janeiro de 2021, o que foi por elas cumprido. Em 12 de fevereiro de 2021 o Tribunal Arbitral proferiu nova decisão, confirmando suas manifestações proferidas contra a CRA em 30 de novembro de 2020.
- Em 18 de janeiro de 2021, foi aprovada a redução de capital da OM no montante de R\$ 20.000, com o cancelamento de 20.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante a devoluções realizadas em 23 e 24 de março de 2021, sendo R\$ 12.000 para a Companhia e R\$ 8.000 ao acionista minoritário.
- Em 12 de fevereiro de 2021 foi celebrada Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") prorrogando o vencimento da dívida do Bradesco para 17 de março de 2021, prazo novamente prorrogado para 17 de maio de 2021, em AGD realizada no dia 15 de março de 2021.
- Em 15 de fevereiro de 2021, foi celebrada AGD suspendendo os efeitos de vencimento antecipado automático da dívida da Agrovía junto ao Banco Itaú pelo prazo de 30 dias e, em 17 de março de 2021, foi celebrada nova AGD prorrogando o vencimento da dívida da Agrovía para 17 de maio de 2021.
- Em 24 de março de 2021 foi publicada, no Diário Oficial da União, a Deliberação nº 105, sobre os descumprimentos do Contrato de Concessão da CRO, que deverão ser corrigidos nos prazos previstos na Deliberação, sob pena de instauração de Processo Administrativo Ordinário de Caducidade. A medida está no contexto das tratativas entre a CRO e a ANTT para a futura retomada dos investimentos necessários à regularização das pendências do Contrato de Concessão. Conforme a publicação, a CRO terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar seu posicionamento acerca da regularização das obrigações do Contrato de Concessão, o que será implementado mediante a apresentação da proposta de um Termo de Ajustamento de Conduta, que considera a troca do controle acionário da CRO.

* * *